



Procedimento n.º 002/2025

PROGRAMA DE CONCURSO

CONCURSO PUBLICO INTERNACIONAL

Aquisição de serviços de consultadoria funcional e tecnológica, de desenvolvimento, suporte e manutenção evolutiva, corretiva e preventiva de software no âmbito do Sistema Integrado de Gestão de Armas e Explosivos (SIGAE / SIGAE2)



PRODUÇÃO DO TACÓGRAFO
OPERAÇÃO N.º 0851



IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



Índice

Disposições Gerais	3
Enquadramento e Objeto	3
Contrato	3
Obrigações do adjudicatário	4
Prazo de execução e local de prestação dos serviços	5
Preço base	5
Preço contratual	6
Condições de pagamento	6
Dever de Confidencialidade	7
Certificações e auditorias	10
Formação e Sensibilização	10
Cessão da posição contratual e subcontratação	10
Privacidade	11
Utilização dos sistemas de informação	11
Patentes, licenças e marcas registadas	11
Seguros	11
Direitos de propriedade intelectual e industrial	12
Garantia	12
Valores éticos	13
Penalidades	13
Casos fortuitos ou de força maior	14
Resolução do contrato	15
Cessão da posição contratual	15
Execução da caução	16
Liberação da caução prestada para garantir obrigações	16
Prazo de vigência do contrato	16
Gestão do Contrato	17
Comunicações e notificações	17
Legislação e foro competente	17
Objetivo	17
Enquadramento do SIGAE	18
Infraestrutura tecnológica	20
Perfil técnico dos recursos a afetar aos serviços	20
Gestão do contrato	22
Gestão da equipa	22



PRODUÇÃO DO TACÓGRAFO
OPERAÇÃO N.º 0851



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



Gestão técnica do contrato	23
Entregáveis e documentação	25
Níveis de serviço	26
Acessibilidade e usabilidade.....	28
Anexos ao Caderno de Encargos	29



PRODUÇÃO DO TACÓGRAFO
OPERAÇÃO N.º 0851



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



PARTE I

Cláusulas Jurídicas

Capítulo I

Disposições Gerais

Cláusula 1.ª

Enquadramento e Objeto

1. A Imprensa Nacional Casa da Moeda, S.A., com sede na Avenida de António José de Almeida, Edifício Casa da Moeda, em Lisboa, com o número único de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa e de pessoa coletiva 500 792 887, com o capital social de 30.000.000€, adiante designada como INCM, no âmbito do procedimento n.º 002/2025, pretende celebrar um contrato de aquisição de serviços de consultoria funcional e tecnológica, de desenvolvimento, suporte e manutenção evolutiva, corretiva e preventiva de software no âmbito do sistema integrado de gestão de armas e explosivos (SIGAE/SIGAE2), com o CPV 72262000-9 - Serviços de desenvolvimento de software, nos termos e condições definidos no presente caderno de encargos e respetivos anexos.
2. As especificações e características técnicas dos bens e serviços descritos no número anterior, encontram-se estabelecidas na Parte II do presente caderno de encargos.

Cláusula 2.ª

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª

Obrigações do adjudicatário

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente caderno de encargos, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações:

1. Obrigação de prestar os serviços e fornecer os bens de acordo com o estabelecido no caderno de encargos e na proposta adjudicada;
2. Obrigação de garantia de boa prestação de todos os serviços contratados e bens fornecidos, com a diligência e qualidade requeridas para o tipo de serviços em causa;
3. Obrigação de recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação dos serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
4. Obrigação de cumprir as regras de segurança impostas pela INCM;
5. Assegurar o cumprimento das disposições legais em vigor, no que respeita a matéria de gestão ambiental;
6. Cumprir o disposto no artigo 419.º-A do Código dos Contratos Públicos (CCP), ex vi do n.º 13 do artigo 42.º do CCP, bem como a legislação laboral portuguesa sobre Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho e a não recorrer, a:
 - a) trabalho infantil, tal como definido pela Organização Internacional do Trabalho;
 - b) qualquer forma de trabalho forçado, conforme consagrado na Declaração Universal dos Direitos do Homem;
 - c) discriminação dos seus trabalhadores em função de sexo, religião, estado civil, situação familiar, idade, nacionalidade, origem étnica, deficiência, convicções políticas ou ideológicas, filiação sindical ou qualquer outro critério.
7. Cumprir a legislação ambiental portuguesa e melhorar continuamente o seu desempenho e a utilização dos recursos naturais por forma a minimizar os impactos negativos da sua atividade no meio ambiente;



PRODUÇÃO DO TACÓGRAFO
OPERAÇÃO N.º 0851



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



8. Caso a execução dos serviços implique o acesso às instalações por colaboradores ou subcontratados do adjudicatário, estes comprometem-se à integral cumprimento das regras das Boas Práticas de Ambiente, Segurança e Higiene no Trabalho, conforme Anexo I ao caderno de encargos.

Cláusula 4.ª

Prazo de execução e local de prestação dos serviços

1. Os serviços do presente procedimento são prestados em regime de bolsa de horas, pelo prazo máximo de **36 (trinta e seis) meses**, a contar da data de assinatura do contrato.
2. No caso de algum dos trabalhos estiver em curso ainda não tiver sido concluída e validada a sua execução no termo previsto no número anterior, o prazo de execução daqueles serviços específicos poderá ser excecionalmente prolongado, mediante fundamentação.
3. Sem prejuízo do prazo mencionado no n.º 1, o contrato extinguir-se-á caso se consuma a totalidade do valor máximo previsto para a bolsa de horas, mencionada no n.º 4 da cláusula seguinte, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
4. Os serviços são prestados nas instalações da Direção Nacional da PSP, sitas no Largo da Penha de França, n.º 1, 1170-298 em Lisboa ou nas instalações do Departamento de Armas e Explosivos, sitas na Rua Artilharia 1, n.º 21, 1269-003 em Lisboa.
5. Todas as despesas inerentes à deslocação dos recursos ou outros custos complementares são da responsabilidade do adjudicatário, devendo considerar-se incluídos no preço constante da proposta.
6. O horário da prestação de serviços é das 09h00 às 18h00 em dias úteis.

Cláusula 5.ª

Preço base

1. O preço máximo que a INCM se dispõe a pagar pela prestação dos serviços objeto do contrato é de **315.000,00 EUR (trezentos e quinze mil euros)**, o qual inclui todos os custos, encargos e despesas que se revelem necessários à prestação dos serviços.
2. O valor unitário máximo a pagar por hora é de 55,00€/hora.
3. O preço unitário por hora será igual para cada um dos perfis.
4. O somatório de todas as prestações H/h que constituem o objeto do contrato, durante o período de 36 meses, não poderá em caso algum ultrapassar o valor de 315.000,00 EUR (trezentos e quinze mil euros).



PRODUÇÃO DO TACÓGRAFO
OPERAÇÃO N.º 0851



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



5. Considera-se que o preço de uma proposta é **anormalmente baixo**, quando o valor/hora proposto seja igual ou inferior a 35,00 EUR (*trinta e cinco euros*).
6. As quantidades de horas previstas têm natureza meramente indicativa das necessidades estimadas pela INCM, para o período máximo de duração do contrato, não consubstanciando qualquer obrigação de aquisição de quantidades mínimas ou máximas por parte da INCM, não podendo o cômputo de horas solicitadas, em número diverso ao estimado, constituir fundamento e/ou expectativas de pedido de compensação por parte do adjudicatário.

Cláusula 6.ª

Preço contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a INCM pagará ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à INCM, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças e outros direitos de propriedade industrial.
3. As horas efetivamente consumidas serão abatidas ao plafond global contratado, mas não poderão ultrapassar o preço base global estabelecido neste procedimento.
4. Durante a vigência do contrato não haverá lugar a revisão/atualização do preço contratado.

Cláusula 7.ª

Condições de pagamento

1. Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de apresentação das faturas mensais na INCM, as quais só podem ser emitidas após a execução dos serviços a que se refere.
2. A fatura corresponderá ao número de horas consumidas no mês imediatamente anterior.
3. Em conjunto com a fatura mensal a apresentar à INCM, o adjudicatário deve apresentar um relatório mensal, aprovado e assinado pela PSP e pelo seu Gestor de Contrato, com a informação seguinte:



PRODUÇÃO DO TACÓGRAFO
OPERAÇÃO N.º 0851



IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



- a) Número de horas da bolsa consumidas e saldo final, indicando o tipo de intervenção ocorrida (evolutiva, preventiva ou corretiva);
 - b) Níveis de serviço mensal (por tipo de serviço) e histórico desde o início do contrato;
 - c) N.º de pedidos de serviço;
 - d) N.º de incidentes;
 - e) Causa e ação corretiva para incidentes.
4. No caso de não serem prestados serviços durante um mês, não haverá lugar a faturação.
 5. O pagamento será efetuado por transferência bancária para a conta a indicar pelo adjudicatário.
 6. Considera-se como data de pagamento a data em que a INCM ordenar a transferência bancária.
 7. Quaisquer pagamentos antecipados relativamente à entrega dos bens/serviços, pagamentos contra a entrega dos bens/serviços ou prévios à assinatura do correspondente protocolo de aceitação, só serão efetuados com a contrapartida de **uma garantia bancária on first demand**, conforme minuta em anexo II (GB), de igual montante, válida até 30 (trinta) dias depois da data de entrega, prestada e comprovada antes de se efetuar o respetivo adiantamento/pagamento.
 8. Em caso de atraso no cumprimento das obrigações pecuniárias por parte da INCM, o adjudicatário tem direito a juros de mora sobre o montante em dívida, de acordo com a legislação em vigor¹.

Cláusula 8.ª

Dever de Confidencialidade

1. O Adjudicatário compromete-se a garantir a confidencialidade e proteção da informação identificada como protegida, confidencial ou com outra expressão de igual significado, que lhe seja revelada pela INCM, ao abrigo ou relacionado com a execução do presente contrato ou com a finalidade fixada no n.º 3 do presente artigo.
2. Por informação protegida ou confidencial, adiante designada globalmente por “Informação”, entende-se toda a informação, de qualquer natureza (quer seja oral, escrita, eletrónica ou sob qualquer outra forma), direta ou indiretamente relacionada com a INCM, ativos, passivos ou assuntos financeiros, disponibilizadas pela mesma ou em seu nome, juntamente com qualquer informação resultante e quaisquer análises, compilações, estudos ou outros materiais preparados pelo Adjudicatário ou em seu

¹ Nos termos do n.º 6 do art.º 26.º do Decreto-Lei n.º 10/2023, de 08 de fevereiro, o atraso de pagamentos está sujeito ao estabelecido na Lei n.º 3/2010, de 27 de abril e no Decreto-Lei n.º 62/2013, de 10 de maio.



ISO/IEC 27001
PRODUÇÃO DO TACÓGRAFO
OPERAÇÃO N.º 0851



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



nome, e que contenham ou reflitam de outro modo ou sejam geradas (na totalidade ou em parte) a partir de tal informação.

3. A Informação divulgada pela INCM tem como finalidade exclusiva a aquisição e renovação de licenciamento de software Adobe, pelo que o Adjudicatário deverá garantir o sigilo relativamente a toda a informação referida no número anterior, obrigando-se a não usar, divulgar ou ceder a qualquer título a informação divulgada pela INCM para qualquer outra finalidade distinta da aqui estipulada, salvo autorização por escrito desta última.
4. O Adjudicatário obriga-se (i) a adotar todas as medidas necessárias para impedir o uso indevido da informação por qualquer pessoa que a ela não tenha necessidade de ter acesso e (ii) a assegurar os meios adequados à prevenção do extravio ou perda da informação, comunicando sempre à INCM a ocorrência de incidentes desta natureza, ainda que esta comunicação não exclua a sua responsabilidade.
5. O Adjudicatário obriga-se a restituir (i) qualquer cópia, excerto ou parte dos elementos da Informação referidos no n.º 2, no prazo de 8 (oito) dias, após solicitação escrita da INCM, bem como (ii) toda a informação divulgada pela INCM findo o presente acordo, após solicitação escrita deste.
6. A Informação é propriedade exclusiva da INCM ou de terceiras entidades, pessoas singulares ou coletivas que com esta mantenham relações comerciais ou outras.
7. A divulgação da Informação ao Adjudicatário não lhe concede qualquer direito de propriedade intelectual, nem legitimidade para requerer proteção sobre quaisquer direitos ou licença sobre qualquer registo ou pedido de registo de direito de propriedade industrial relacionado com aquela informação.
8. A INCM não se responsabiliza, direta ou indiretamente, no âmbito do presente acordo, pela eventual violação de direitos de terceiros, designadamente, em sede de direitos de autor ou de propriedade industrial, por parte do Adjudicatário.
9. O Adjudicatário aceita e reconhece que o presente acordo não limita o direito da INCM de modificar a respetiva informação, sem disso lhe dar prévio conhecimento.
10. Tais modificações não implicam qualquer responsabilidade para a INCM, nem a obrigam a desenvolver, anunciar, entregar, manter ou financiar quaisquer produtos ou planos de negócio baseados naquela Informação.
11. O Adjudicatário deve limitar a divulgação da Informação aos seus trabalhadores, colaboradores ou entidades subcontratadas, no âmbito do estritamente necessário à finalidade prevista no presente acordo, fornecendo-lhes as instruções adequadas a esse efeito e celebrando com estes equivalente compromisso escrito de confidencialidade, sendo integralmente responsável perante a INCM quanto ao



ISO 9001
ISO 14001
PRODUÇÃO DO TACÓGRAFO
OPERAÇÃO N.º 0851



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



cumprimento, por aqueles, dos compromissos ora fixados, podendo este, a todo o tempo, exigir ao Adjudicatário prova da celebração daqueles acordos.

12. O presente acordo entra em vigor na data da sua assinatura por ambas as partes, ficando o Adjudicatário vinculado ao presente compromisso de confidencialidade por um período de 15 (quinze) anos, contados desde a data da última divulgação de Informação ao abrigo do presente acordo, com exceção da informação relativa a dados pessoais, cuja confidencialidade não tem termo.
13. Exclui-se do dever de confidencialidade previsto na presente cláusula qualquer elemento da Informação:
(i) cuja divulgação tenha sido expressamente autorizada pela INCM; (ii) que até ao momento da divulgação tenha sido publicado, tornado público ou que, de outra forma não possa ignorar-se pertencer ao domínio público; (iii) tornado público após a divulgação ou pertencente ao domínio público por motivo não imputável ao Adjudicatário, a título de dolo ou negligência; (iv) que o Adjudicatário possa provar, por exibição de suporte escrito, ter na sua posse em momento prévio ao seu recebimento por parte da INCM; (v) recebida pelo Adjudicatário de terceiros sem dever de confidencialidade, desde que estes tenham o direito de fornecer essa informação e que a mesma não tenha sido obtida por estes direta ou indiretamente da INCM sob condição de confidencialidade; (vi) que o Adjudicatário seja obrigado, por lei ou decisão judicial, a divulgar, desde que este notifique imediatamente a INCM e coopere de forma razoável com os esforços empreendidos por este para contestar ou limitar o âmbito de tal divulgação; (vii) que seja desenvolvida de forma independente pelo Adjudicatário.
14. O ónus da prova de todas as exceções à obrigação de confidencialidade previstas no número anterior recai sobre o Adjudicatário.
15. O não cumprimento da obrigação consagrada na presente cláusula constitui o Adjudicatário na obrigação de indemnizar a INCM por todas e quaisquer perdas, danos, responsabilidades, reclamações e despesas daí decorrentes.
16. Sem prejuízo da obrigação de indemnizar acima mencionada, acrescerá, ainda, uma indemnização de 20% do valor do contrato, a qual será paga pelo Adjudicatário à INCM ao primeiro pedido emitido por esta última ao primeiro.
17. O valor resultante das indemnizações aplicáveis ao Adjudicatário, por força do disposto dos dois números antecedentes, não pode ser superior ao valor contratual.



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



Cláusula 9.ª

Certificações e auditorias

Caso o Adjudicatário não seja detentor de certificação em alguma das normas ISO 34001, ISO 14298 ou na CWA 15374, bem como na ISO 27001 ou equivalentes, aceita sujeitar-se à realização de auditorias, por parte da INCM, ao abrigo dos requisitos destes normativos.

Cláusula 10.ª

Formação e Sensibilização

O Adjudicatário compromete-se a participar ou fazer participar os seus trabalhadores, colaboradores e entidades subcontratadas nas ações de formação que sejam promovidas pela INCM com vista a acautelar a segurança da Informação.

Cláusula 11.ª

Cessão da posição contratual e subcontratação

1. O Adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou quaisquer direitos e obrigações decorrentes do contrato, sem autorização prévia da INCM.
2. Na eventualidade de o Adjudicatário recorrer à subcontratação, este deve garantir a extensão das disposições de segurança de informação às entidades subcontratadas, bem como o cumprimento, por parte destas últimas, de todos os deveres e obrigações que são exigidas ao Adjudicatário, incluindo a sujeição a auditorias pela INCM.
3. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve:
 - a) Ser apresentada pelo cessionário ou pelo subcontratado toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento;
 - b) Ser apresentada pelo cessionário ou pelo subcontratado uma declaração, nos termos da qual este se obriga a cumprir as regras relativas ao dever de confidencialidade, que delimitam a partilha e o acesso a informação confidencial, previstas no presente caderno de encargos.
 - c) A INCM apreciar, designadamente, se o cessionário ou o subcontratado não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55º do CCP.



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



Cláusula 12.ª

Privacidade

No âmbito de execução do presente contrato, caso se verifique o tratamento de dados pessoais, este deve ser regulado mediante acordo, nos termos do n.º 3 do artigo 28.º do Regulamento UE 2016/679, o qual vincula o subcontratante inicial ou ulterior, por conta do responsável pelo tratamento (Anexo n.º III “**Acordo de Subcontratação**”).

Cláusula 13.ª

Utilização dos sistemas de informação

Caso a execução do contrato implique o acesso às instalações e a eventual utilização dos sistemas de informação da INCM por colaboradores ou subcontratados do adjudicatário, este compromete-se a garantir que os mesmos cumpram as regras de utilização dos sistemas de informação em vigor na empresa.

Cláusula 14.ª

Patentes, licenças e marcas registadas

1. Serão da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, na execução do contrato, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, quaisquer dos direitos mencionados no n.º 1, fica o adjudicatário obrigado a indemnizar aquela por todas as despesas que venham a resultar da referida demanda.

Cláusula 15.ª

Seguros

1. Sem prejuízo das responsabilidades e obrigações que lhe estão cometidas nos termos do contrato e demais documentação integrante do título contratual, o adjudicatário deverá contratar e manter válidos os seguintes seguros:
 - a) Seguro de Acidentes de Trabalho, abrangendo todo o pessoal envolvido na prestação de serviços objeto do presente procedimento;
 - b) Seguro de Responsabilidade Civil em seu nome, cobrindo todos os danos e prejuízos eventualmente causados durante a presente prestação de serviços, desde que relacionados com este.



PRODUÇÃO DO TACÓGRAFO
OPERAÇÃO N.º 0851



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



2. A INCM pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o adjudicatário fornecê-la no prazo de cinco dias úteis.

Cláusula 16.^a

Direitos de propriedade intelectual e industrial

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, na execução do contrato, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, quaisquer dos direitos mencionados no n.º 1, fica o adjudicatário obrigado a indemnizar aquela por todas as despesas que venham a resultar da referida demanda.
3. O adjudicatário obriga-se a transferir a posse e a propriedade de todos os elementos a desenvolver ao abrigo do contrato, incluindo os direitos autorais sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar, bem como outros direitos de propriedade intelectual relativos aos serviços objeto do presente caderno de encargos, ou produtos dele resultantes, tais como códigos fonte, documentação e elementos afins, bem como dos produtos consequentes a todas as ulteriores adaptações que se venham a revelar necessárias.
4. Antes do termo do contrato, o adjudicatário entregará à PSP toda a documentação relativa aos trabalhos desenvolvidos, incluindo as respetivas fontes, que serão propriedade da PSP.
5. A PSP poderá transformar e reproduzir todos os documentos e *software* desenvolvido, bem como proceder à sua distribuição, gratuita ou onerosa, de forma inteiramente livre.
6. Pela cessão dos direitos previstos nos números anteriores, não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente caderno de encargos.

Cláusula 17.^a

Garantia

1. Constitui-se como obrigação acessória a garantia dos serviços prestados, durante os prazos máximos previstos na lei.
2. Caso seja acionada a garantia relativa a serviços prestados e respetivos entregáveis, o adjudicatário obriga-se a resolver ou a entregar a resolução dos defeitos reportados, no prazo de duas semanas após a respetiva comunicação por meio fidedigno.



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



3. No caso de se tratar de defeitos de *software*, a presunção de garantia e dos direitos de crédito associados, apenas pode ser ilidida pelo adjudicatário caso demonstre que a porção de código fonte, *scripts* ou equivalente a corrigir não seja da sua autoria, produzindo evidências nesse sentido.

Cláusula 18.ª

Valores éticos

O adjudicatário assume o compromisso de observar os valores éticos consagrados no Código de Ética e de Conduta da INCM, que se encontra disponível no <https://incm.pt/site/wp-content/uploads/2024/01/Codigo-de-Etica-e-de-Conduta.pdf>

Cláusula 19.ª

Penalidades

1. No caso de incumprimento dos prazos fixados no contrato e por causa imputável ao adjudicatário, aplicar-se-á a seguinte penalidade:
 - a) Pelo incumprimento dos prazos previstos para as atividades decorrentes de incidentes, tal como descritos no n.º 1 da Cláusula 37.ª, de 1,5 % da faturação do mês, por cada período de 4 horas de atraso, a deduzir no montante global a faturar referente ao mês em que se verifique o incumprimento;
 - b) Pelo incumprimento dos prazos de prestação do serviço ou da apresentação do respetivo cronograma, tal como descritos no n.º 2 da Cláusula 37.ª, de 1,5% da faturação do mês, por cada dia de atraso, a deduzir no montante global a faturar referente ao mês em que se verifique o incumprimento;
 - c) Pelo incumprimento dos prazos de apresentação dos relatórios de gestão da qualidade dos serviços e incidentes, tal como descritos no n.º 3 da Cláusula 37.ª, de 1% da faturação do mês, a deduzir no montante global a faturar referente ao mês em que se verifique o incumprimento.
2. Os factos que são origem à aplicação de sanções são devidamente comunicados pela PSP à INCM.
3. A sanção aplicada será descontada na fatura imediatamente seguinte ao facto que a originou através da emissão de nota de crédito pelo adjudicatário ou, caso tal não seja possível, será emitida nota de débito pela INCM.
4. As penalidades são acumuláveis.



PRODUÇÃO DO TACÓGRAFO
OPERAÇÃO N.º 0851



IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



5. O valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato e do disposto no número seguinte.
6. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e se decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.

Cláusula 20.^a

Casos fortuitos ou de força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.



PRODUÇÃO DO TACÓGRAFO
OPERAÇÃO N.º 0851



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 21.ª

Resolução do contrato

1. O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.
2. Sem prejuízo do disposto em sede de penalidades, caso alguma das partes não cumpra qualquer das obrigações para si emergentes do presente contrato, será notificada por escrito, pela parte não faltosa, para proceder ao respetivo cumprimento no prazo máximo de 5 dias úteis após a receção da referida notificação.
3. Caso a situação de incumprimento se mantiver, decorrido o prazo indicado no número anterior, poderá a parte não faltosa resolver o presente contrato, com efeitos imediatos, através de carta registada com aviso de receção, indicando os respetivos fundamentos.
4. O disposto nos números anteriores é igualmente aplicável em caso de incumprimento pelo adjudicatário da qualidade do serviço exigida.
5. O incumprimento culposo por qualquer das partes faz a mesma incorrer na obrigação de indemnizar a outra por todos os prejuízos causados, nos termos gerais de direito, perdendo as garantias prestadas.

Cláusula 22.ª

Cessão da posição contratual

1. O adjudicatário não pode ceder a sua posição contratual ou quaisquer direitos e obrigações decorrentes do contrato, sem autorização prévia da INCM.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve:
 - a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento;
 - b) A INCM apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



Cláusula 23.^a

Execução da caução

1. A caução prestada para o bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do Programa de Concurso, pode ser executada pela INCM, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo prestador de serviços das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.
2. A resolução do contrato pela INCM não impede a execução da caução, contanto que para isso haja fundamento.
3. A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o prestador de serviços na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 10 dias após a notificação da INCM para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.^o do Código dos Contratos Públicos e restante legislação em vigor.

Cláusula 24.^a

Liberação da caução prestada para garantir obrigações

1. A INCM promoverá a liberação da caução a que se refere o artigo anterior trinta dias após o termo do contrato seguindo-se, com as devidas aplicações, o regime do art.^o 295.^o do Código dos Contratos Públicos.
2. A demora na liberação da caução confere ao adjudicatário o direito de exigir à entidade adjudicante indemnização, designadamente pelos custos adicionais incorridos com a manutenção da caução prestada por período superior ao que seria devido.

Cláusula 25.^a

Prazo de vigência do contrato

O contrato terá início após a sua assinatura, mantendo-se em vigor até ao consumo total da bolsa de horas contratada à qual deve corresponder um prazo estimado de 36 (trinta e seis) meses, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.



PRODUÇÃO DO TACÓGRAFO
OPERAÇÃO N.º 0851



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



Cláusula 26.ª

Gestão do Contrato

O adjudicatário deve nomear e identificar um gestor de contrato, cujos contactos devem ser facultados à INCM.

Cláusula 27.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, durante a fase de execução do contrato estas devem ser dirigidas por escrito para o endereço eletrónico de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 28.ª

Legislação e foro competente

1. A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente caderno de encargos aplica-se a legislação portuguesa em vigor, em especial, o regime constante do Código dos Contratos Público, aprovado pelo D.L. n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação em vigor, o qual prevalece sobre as disposições que lhe sejam desconformes.
2. Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

PARTE II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Cláusula 29.ª

Objetivo

1. A Imprensa Nacional - Casa da Moeda, S.A., adiante abreviadamente designada por INCM, pretende celebrar um contrato a favor de terceiro, para aquisição de serviços de consultoria funcional e tecnológica, de desenvolvimento, suporte e manutenção evolutiva, corretiva e preventiva de software, nos termos melhor definidos nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos.



PRODUÇÃO DO TACÓGRAFO
OPERAÇÃO N.º 0851



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



2. Os serviços descritos no presente caderno de encargos são prestados em regime de bolsa de horas, a favor da Polícia de Segurança Pública (adiante designada por PSP) no âmbito do Sistema Integrado de Gestão de Armas e Explosivos (SIGAE) que consiste na plataforma informática de gestão de todo o ciclo de vida das armas que circulam em Portugal, sendo responsável pelo circuito tendente à emissão, com elevada segurança e economia, das licenças, alvarás, certificados e outras autorizações previstas no Regime Jurídico das Armas e suas Munições, assim como do controlo dos produtos explosivos para utilização civil, desde o seu fabrico até à sua utilização ou destruição, através da emissão da documentação necessária.
3. O SIGAE, enquanto sistema informático de suporte à gestão de processos na área do licenciamento de armas, munições e explosivos, implementado em 2008, carece de constantes atualizações na sequência de alterações legislativas e procedimentais, e de consequentes intervenções na própria aplicação, ao nível funcional e técnico, destacando-se exemplificativamente alguns desenvolvimentos necessários ao nível do backoffice, tais como upgrades tecnológicos (migração wildfly, compatibilidade browsers), a implementação de webservices, potenciando a integração com outras entidades públicas, para validação de dados e troca de informações relevantes na análise dos processos de licenciamento, suporte à plataforma SEROnline, enquanto portal de destinado ao pedido de licenciamentos online que permite aos armeiros registar as suas transações de compra e venda, manutenção do backoffice aos processos de licenciamento de explosivos através do SIGAE2, implementação da integração com o sistema RIDAP 2, que consiste na desmaterialização por digitalização de documentação explosivos, existente ainda em suporte físico, bem como a implementação da integração com o sistema de receitas da PSP, designado de SIREC, a manutenção dos atuais processos e funcionalidades em uso no SIGAE, o apoio técnico aos utilizadores do SIGAE e o apoio à equipa interna de suporte e acompanhamento do projeto da PSP (Anexo IV).

Cláusula 30.^a

Enquadramento do SIGAE

1. O Sistema Integrado de Gestão das Armas e Explosivos (SIGAE) é o *software* aplicacional responsável pelo circuito tendente à emissão, com elevada segurança e economia, das licenças, alvarás, certificados e outras autorizações previstas, designadamente, nos seguintes diplomas:



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



- a) Regime Jurídico das Armas e suas Munições, aprovado pela Lei n.º 5/2006, de 23 de fevereiro, na última redação que lhe foi dada pela Lei n.º 50/2013, de 24 de julho;
 - b) Decreto-Lei n.º 376/84, de 30 de novembro, que aprova o Regulamento sobre o Licenciamento dos Estabelecimentos de Fabrico e de Armazenagem de Produtos Explosivos, o Regulamento sobre o Fabrico, Armazenagem, Comércio e Emprego de Produtos Explosivos e o Regulamento sobre a Fiscalização de Produtos Explosivos;
 - c) Decreto-Lei n.º 135/2015, de 28 de julho, que define as regras que estabelecem a livre circulação de artigos de pirotecnia;
 - d) Decreto-Lei n.º 9/2017, de 10 de janeiro, que estabelece os requisitos na colocação no mercado de explosivos e munições;
 - e) Decreto-Lei n.º 62/2021, de 26.07, o qual estabelece as normas de execução do Regulamento (UE) 2019/1148 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo à comercialização e utilização de precursores de explosivos, nomeadamente o regime de licenciamento e quadro sancionatório;
 - f) Decreto-Lei n.º 48/2016, de 22 de agosto, que cria o sistema de georreferenciação no transporte de armas, munições e explosivos;
 - g) Portaria n.º 139/2017, de 17 de abril, que estabelece as regras a que deve obedecer a disponibilização no mercado de artigos de pirotecnia das categorias F2, F3, T1 e P1, visando a sua utilização por consumidores;
 - h) Lei n.º 42/2006, de 25 de agosto, que estabelece o regime especial de aquisição, detenção, uso e porte de armas de fogo destinadas a práticas desportivas e de colecionismo;
 - i) Outros diplomas legais que regulam aspetos mais específicos relacionados com a competência da PSP nestas áreas, conforme disposto no artigo 3.º n.º 3 alínea a) da Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto, que aprova a Lei Orgânica da PSP.
3. Enquanto subsistema do SEI (Sistema Estratégico de Informação, Gestão e Controlo Operacional PSP), o SIGAE dá apoio operacional à atividade da PSP, consistindo no principal suporte para a atividade de licenciamento administrativo na área das armas, munições e explosivos, pelo que se torna essencial garantir a elevada disponibilidade do sistema, considerando que a atividade da PSP é prestada em regime de 24/24h, garantindo a perfeita satisfação das necessidades operacionais internas, e dos clientes da PSP, considerados desde os operadores, como os cidadãos.



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



4. A PSP pretende ainda racionalizar a gestão dos serviços por meios eletrónicos, nomeadamente a redução da circulação de papel, desmaterialização e automatização de processos e formas de comunicação, com o objetivo de potenciar:
 - a) A automatização da gestão dos processos da PSP;
 - b) O aumento da produtividade dos serviços;
 - c) O integral cumprimento da legislação nacional e comunitária aplicável;
 - d) O cumprimento dos prazos administrativos no processamento dos processos de licenciamento.
5. No **anexo IV** ao presente caderno de encargos é apresentada uma caracterização do SIGAE e uma breve descrição do seu estado atual de desenvolvimento.

Cláusula 31.^a

Infraestrutura tecnológica

A situação atual da infraestrutura tecnológica do SIGAE contempla o seguinte software/hardware:

- a) Sistemas operativos Windows Server 2016 R2;
- b) Sistema de Bases de Dados SQL Server 2016 R2;
- c) Desenvolvimento aplicacional em tecnologia Java Enterprise Edition (J2EE);
- d) Servidores aplicacionais tendo como software de base – WildFly 14.0.1.

Cláusula 32.^a

Perfil técnico dos recursos a afetar aos serviços

1. Para a execução do contrato, o adjudicatário deverá disponibilizar os seguintes recursos, com os seguintes requisitos mínimos:
 - a) **Dois consultor sénior** com alocação permanente ao contrato, e com o seguinte perfil:
 - i. Licenciatura nas áreas de Engenharia Informática, Engenharia Eletrotécnica ou na área de Sistemas e Tecnologias de Informação;
 - ii. Experiência comprovada, mínima de 5 anos, em implementação de aplicações de gestão de processos (arquitetura cliente-servidor), em desenvolvimento e gestão de arquiteturas aplicacionais em ambiente *open-source* e integração com base de dados e sistemas operativos Microsoft, conforme descrito na cláusula 31.^a.
 - iii. Conhecimento e experiência em projetos na área de segurança interna (mandatária).



PRODUÇÃO DO TACÓGRAFO
OPERAÇÃO N.º 0851



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



-
- iv. Experiência profissional comprovada mínima de 5 anos em análise, desenho e implementação de arquiteturas aplicacionais, em projetos de desenvolvimento e/ou manutenção de sistemas de informação em ambiente Java, utilizando JBOSS/Wildfly como servidor aplicacional e SQL Server como Base de Dados, e conhecimento dos processos de suporte à atividade da área funcional de licenciamento de armas e explosivos através da participação em pelo menos um projeto nesta área nos últimos três anos.
- b) **quatro analistas programador técnico**, dois com alocação permanente ao contrato, e os outros dois com alocação parcial e meramente eventual, com o seguinte perfil:
- i. Cada um com experiência comprovada, mínima de 3 anos, no desenvolvimento de aplicações em ambiente Java, utilizando como servidor aplicacional o JBOSS e como base de dados o SQL Server, conforme descrito na cláusula 31.ª, no mínimo em 2 clientes diferentes, sendo 2 obrigatoriamente um serviço ou organismo da Administração Pública. Conhecimento e experiência de projetos na área de segurança interna;
 - ii. Cada um com experiência profissional comprovada, mínima de três anos, em projetos de desenvolvimento e/ou manutenção de sistemas de informação em ambiente Java, utilizando JBOSS/Wildfly como servidor aplicacional e SQL Server como Base de Dados e conhecimento dos processos de suporte à atividade da área funcional de licenciamento de armas e explosivos através da participação em pelo menos um projeto nesta área nos últimos três anos.
2. Por forma a garantir a sua habilitação para o acesso e manuseamento de informação classificada que seja gerida pelo SIGAE, todos os recursos devem obrigatoriamente ser detentores da Credenciação de Segurança emitida pela Autoridade Nacional de Segurança, no mínimo na marca Nacional no grau de confidencial.
 3. O número de elementos a afetar pelo adjudicatário será o necessário à execução proporcional do volume total de horas englobado no contrato ao longo da sua vigência.
 4. Prevê-se a necessidade de afetação de um consultor sénior e de dois analistas programadores com alocação permanente ao contrato, podendo a qualquer momento, mediante solicitação da PSP, serem efetuados reforços temporários de equipa, pelos restantes recursos com alocação parcial e meramente eventual, para fazer face a necessidades não planeadas ou períodos com maior esforço.



PRODUÇÃO DO TACÓGRAFO
OPERAÇÃO N.º 0851



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



Cláusula 33.ª

Gestão do contrato

1. Deverá ser indicado um interlocutor privilegiado por parte do adjudicatário, a quem competirá toda a articulação com a PSP e com a INCM, para quaisquer esclarecimentos e resolução de situações urgentes ou de outra natureza.
2. O Gestor de Contrato estará presente nas reuniões periódicas da equipa, em periodicidade a estabelecer pela PSP, nos quais deverão ser apresentados e discutidos os relatórios de acompanhamento que serão juntos à faturação a remeter à INCM.
3. As reuniões mencionadas no ponto anterior podem ser presenciais ou virtuais de acordo com a marcação efetuada pela INCM via email.
4. Não será cobrado qualquer valor pelo adjudicatário referente às horas de serviço efetuadas pelo seu Gestor de Contrato.

Cláusula 34.ª

Gestão da equipa

1. A gestão da equipa será realizada em articulação com a equipa interna da PSP, de acordo com a cláusula seguinte, definindo-se em sede de projeto, as atividades e as horas a consumir.
2. Deverá ser garantida a transferência interna do conhecimento com formação *on-job* à equipa da PSP sobre qualquer aplicação desenvolvida.
3. Qualquer alteração à composição da equipa indicada em sede de formação do contrato deve ser previamente comunicada à PSP e só será aceite caso reúna os requisitos mínimos exigidos no presente caderno de encargos, podendo, para o efeito, ser solicitada informação e documentação adicional para confirmação dos elementos curriculares apresentados.
4. A substituição referida no número anterior deverá ocorrer da seguinte forma:
 - a) O adjudicatário deverá, em 5 dias úteis, identificar o seu melhor recurso considerando os requisitos mínimos exigidos e obter a aceitação pela PSP;
 - b) O adjudicatário deverá assegurar que nos 5 dias úteis após a aceitação o recurso inicia a prestação do serviço.
5. Sempre que se constate a inadequação de algum elemento da equipa encarregue da execução dos serviços contratados, tendo em conta os requisitos exigidos e o comportamento comumente



PRODUÇÃO DO TACÓGRAFO
OPERAÇÃO N.º 0851



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



expectável, poderá a PSP exigir a sua substituição por recurso com perfil equivalente, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto no número anterior.

Cláusula 35.^a

Gestão técnica do contrato

1. O procedimento para a execução das atividades identificadas de manutenção evolutiva ou desenvolvimentos será o seguinte:
 - a) A PSP apresenta quinzenalmente ao adjudicatário a lista de atividades a desenvolver no período seguinte sob a forma de requisitos de implementação;
 - b) O adjudicatário deverá apresentar no prazo de dois dias úteis a estimativa detalhada do esforço em horas para a implementação e o respetivo plano de implementação, sendo que as horas serão faturadas ao preço hora contratado por perfil de recurso;
 - c) As horas despendidas na elaboração da proposta são por conta do adjudicatário e não devem ter impacto na realização das atividades em curso;
 - d) No prazo de 2 dias úteis, a PSP fará uma análise custo/benefício e comunicará a decisão de aprovar ou rejeitar a implementação/execução dos pedidos;
 - e) Caso a proposta seja aprovada, serão iniciados os respetivos serviços e descontados à bolsa de horas contratada por cada perfil.
 - f) A aceitação final pressupõe:
 - i. O regular funcionamento em produção do *software* entregue durante um período não inferior a 10 dias úteis, durante o qual o adjudicatário providenciará o respetivo suporte;
 - ii. A disponibilização dos restantes entregáveis;
 - iii. No caso excecional de as necessidades da PSP ditarem a não subida a produção do *software* entregue, no horizonte de duração do contrato, poderá ser considerado pela PSP proceder a aceitação provisória em ambiente de pré-produção. Esta aceitação pressupõe as demais condições identificadas nos pontos anteriores.
2. O procedimento para a execução das atividades identificadas de suporte e manutenção corretiva será o seguinte:
 - a) Satisfação de pedidos de apoio aplicacional;
 - b) Diagnóstico de incidentes e problemas, fazendo uso de ferramentas de diagnóstico;



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



- c) Análise, despiste e resolução de incidentes e problemas nos sistemas aplicacionais, incluindo código fonte, configurações e dados/bases de dados;
 - d) Correlação de incidentes na forma de identificação de incidentes duplicados, relacionados e recorrentes;
 - e) Documentação do processo de suporte e correção;
 - f) Acompanhamento do incidente/problema até à sua resolução;
 - g) Atualização a base de dados de conhecimento, com diagnóstico e soluções para os incidentes resolvidos e sem resolução;
 - h) Disponibilização de hot-fixes para incidentes críticos, com posterior disponibilização de resolução definitiva.
3. O procedimento para a execução das atividades identificadas de suporte e manutenção preventiva será o seguinte:
 - a) Detecção e correção de erros e outras não conformidades dos sistemas aplicacionais (e dados) relativos aos requisitos funcionais, não funcionais, e à arquitetura de SI da do SIGAE;
 - b) Detecção e correção de problemas de performance, otimização da performance;
 - c) Detecção e correção de problemas de segurança;
 - d) Detecção e correção de problemas de acessibilidade e usabilidade;
 - e) *Refactoring* do código no sentido da respetiva simplificação estrutural e de melhor manutenção, resiliência, escalabilidade e segurança;
 - f) Restruturações de modelos de dados/bases de dados, e respetivas migrações;
 - g) Outras atividades compagináveis com o conceito de manutenção preventiva.
4. Em sede de execução do contrato, a PSP poderá reclassificar determinadas atividades tipificadas no número anterior como manutenção corretiva, em função do risco operacional associado à ausência de resolução.
5. Por defeito, as atividades de suporte/manutenção corretiva são consideradas prioritárias.
6. Os serviços serão prestados de acordo com as boas práticas definidas pela PSP, respeitando a arquitetura da PSP, as boas práticas definidas pelos fabricantes, e em geral as boas práticas de manutenção e engenharia de *software*.
7. As atividades de suporte, manutenção corretiva, manutenção preventiva e manutenção evolutiva estão sujeitas aos níveis de serviço enunciados no presente caderno de encargos.



PRODUÇÃO DO TACÓGRAFO
OPERAÇÃO N.º 1851



IMPrensa Nacional-Casa da Moeda, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



8. O *backlog* de incidentes existentes à data de início da prestação dos serviços será comunicado pela PSP, estando as atividades associadas à resolução/eliminação do *backlog* sujeitas aos níveis de serviço e prazos enunciados no presente caderno de encargos.
9. As atividades que impliquem alterações ao código fonte, binários, configurações, dados, bases de dados dos sistemas sob manutenção ou de outros sistemas em geral serão submetidas à aprovação da PSP.
10. As atividades de gestão dos serviços prestados incluem, no mínimo, a gestão de recursos, e a gestão das atividades tendentes ao cumprimento dos níveis de serviço.
11. No último mês de execução do contrato, o adjudicatário assegura para cada perfil a passagem de conhecimento necessária para uma transição de responsabilidades o mais eficiente possível, incluindo, pelo menos:
 - a) Plano de transição, a propor com 2 meses de antecedência face à data prevista de final do contrato;
 - b) Passagem de documentação.
12. O adjudicatário entregará à PSP, antes do termo do contrato, toda a documentação e desenvolvimento, relativo aos trabalhos desenvolvidos, incluindo as respetivas fontes que serão propriedade da PSP.
13. A PSP poderá realizar avaliações de segurança (*security vetting checks*) em conformidade com os SEGNAC 1, 3 e 4 aprovados, respetivamente, pelas Resoluções do Conselho de Ministros n.º 50/88, n.º 16/94 e n.º 5/90, direcionadas a técnicos do adjudicatário que venham a ter acesso a dados ou instalações classificados ou sensíveis.

Cláusula 36.ª

Entregáveis e documentação

1. No âmbito das atividades de manutenção classificada de preventiva e evolutiva o adjudicatário assegura a apresentação do seguinte:
 - a) Plano de atividades;
 - b) Documento de Desenho técnico da solução, incluindo:
 - i. Arquitetura aplicacional;
 - ii. Fluxos de informação - visão de alto nível;
 - iii. Características da solução (requisitos não-funcionais) e breve descrição de como serão asseguradas. E.g.: Performance, resiliência, segurança, escalabilidade, etc.;
 - iv. Mecanismos da solução e como serão implementados. E.g.:
 - Segurança;



IMPrensa Nacional-Casa da Moeda, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



- Tratamento de erros;
 - Logging;
 - Auditoria (se aplicável);
 - Monitorização e reporting de performance;
 - Debugging.
- v. Diagrama de sequência por cada caso de uso ou diagrama de estados conforme descreva melhor a solução;
- vi. Diagrama de classes.
- c) Projeto em formato compatível com o software da PSP de testes unitários e testes de integração;
- d) Relatório de testes com evidência dos testes unitários e de integração efetuados;
- e) Relatório de testes de segurança, quando solicitados pela PSP;
- f) Manual de instalação (relativo aos desenvolvimentos entregues);
- g) Manual de operação;
- h) Documento com indicação das boas práticas identificadas e adotadas na implementação de cada release.
2. No âmbito das atividades de suporte e manutenção classificada de corretiva o adjudicatário assegura a apresentação do seguinte:
- a) Descritivo da resolução implementada;
- b) Atualizações aos manuais de operação e suporte (diagnóstico de incidentes recorrentes).

Cláusula 37.^a

Níveis de serviço

Os níveis de serviço são medidos a partir dos incidentes e problemas reportados pela PSP, nos seguintes termos:

1. Resolução de incidentes:
- a) Em caso de indisponibilidade dos serviços, por motivo de anomalia, o adjudicatário deve assegurar os seguintes tempos máximos de reposição de serviço (tempo de resposta + tempo de reparação), de acordo com a classificação atribuída pela PSP;
- i. Anomalia muito grave, nomeadamente em casos de indisponibilidade total da plataforma ou do serviço – 4 horas;



PRODUÇÃO DO TACÓGRAFO
OPERAÇÃO N.º 1851



IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



- ii. Anomalia grave, nomeadamente em casos de indisponibilidade parcial da plataforma ou do serviço – 24 horas;
 - iii. Outras anomalias – até 48 horas.
- b) No caso de existirem dependências de contratos de manutenção de terceiras entidades contratados pela PSP (nomeadamente das entidades que fornecem a manutenção dos servidores), os níveis de serviço descritos na alínea anterior serão acrescidos dos tempos de resolução assegurados por estas entidades;
- c) Para efeitos da aplicabilidade do disposto no presente número, entende-se:
- i. Por tempo de reposição do serviço a soma do “tempo de resposta” e do “tempo de reparação” (horas corridas);
 - ii. Por tempo de resposta o prazo compreendido entre a comunicação da anomalia ao adjudicatário (por telefone, e-mail ou fax) e o início da sua reparação;
 - iii. Tempo de reparação o prazo compreendido entre o início da intervenção e a reposição completa do serviço em funcionamento;
 - iv. Por “anomalias” todas as causas que levem à indisponibilidade total ou parcial da plataforma tecnológica ou de qualquer um dos seus sites/sistemas ou serviços nomeadamente: anomalias de equipamento, anomalias de comunicações/segurança, anomalias de infraestrutura (e.g., energia), anomalias na plataforma de software (e.g., base de dados, *application server*, sistema operativo, drivers, etc.), anomalias nos sites/sistemas (como indisponibilidade de todas ou algumas páginas, indisponibilidade de todos os alguns serviços), entre outras (lista não exaustiva).
2. Resposta a pedidos de serviço:
- a) Na resposta a pedidos de serviço, o adjudicatário deverá propor o cronograma de implementação no prazo máximo de 5 dias úteis a contar da sua solicitação pela PSP.
- b) Instalações em ambiente de Pré-produção e de Produção:
- i. A instalação de novas *releases* aplicacionais em ambiente de pré-produção deve ser executada num prazo definido caso a caso por acordo entre as partes, após disponibilização da *release* aplicacional;
 - ii. A instalação de novas *releases* aplicacionais em ambiente de produção, após aprovação da PSP da *release* disponibilizada em ambiente de pré-produção, deverá ser assistida pelo adjudicatário.



PRODUÇÃO DO TACÓGRAFO
OPERAÇÃO N.º 0851



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



- c) Na resposta a pedidos de serviço, o adjudicatário deverá cumprir um tempo médio semanal de 48 horas para resposta, contabilizado em função do dia e hora de reporte do mesmo.
- 3. Relatórios de gestão da qualidade dos serviços e incidentes.
 - a) O adjudicatário deverá entregar mensalmente, até ao 5.º dia útil do mês seguinte, relatórios de gestão da qualidade dos serviços.
 - b) O adjudicatário fica ainda obrigado à apresentação de relatórios de incidente detalhados, no prazo máximo de 24 horas após o fecho do mesmo na aplicação de gestão de incidentes e problemas da PSP.

Cláusula 38.ª

Acessibilidade e usabilidade

No âmbito dos trabalhos a desenvolver, o cocontratante obriga-se a garantir que os entregáveis, objeto deste procedimento cumprem as obrigações legais, os requisitos e as melhores práticas no que se refere às áreas da Acessibilidade, Usabilidade e Experiência de Utilização dos sítios Web e das aplicações móveis, nomeadamente os seguintes fatores essenciais:

- a) Cumprimento do Decreto-Lei n.º 83/2018, de 19 de outubro, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva (UE) 2016/2102, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 02 de dezembro de 2016, relativa à Acessibilidade dos sítios Web e das aplicações móveis dos organismos do setor público, nomeadamente o nível de conformidade “AA” das WCAG 2.1 do W3C, que equivale à norma europeia EN 301 549 harmonizada;
- b) Elaboração da Declaração de Acessibilidade e Usabilidade prevista nos Artigos 8.º e n.º 5 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 83/2018, bem como as respetivas evidências, nos termos estipulados no referido diploma legal e nos sítios Web <https://selo.usabilidade.gov.pt/index.html> e <http://www.acessibilidade.gov.pt>;
- c) Cumprimento do Regulamento Nacional de Interoperabilidade Digital (RNID), estabelecido nos termos do artigo 5.º da Lei n.º 36/2011, de 21 de junho, e aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2012, de 08 de novembro, alterado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2018, de 5 de janeiro, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 83/2018, nomeadamente quanto à alteração da Tabela III “Tecnologias de interface Web, incluindo acessibilidade, ergonomia, compatibilidade e integração de serviços”;



PRODUÇÃO DO TACÓGRAFO
OPERAÇÃO N.º 0851



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



- d) Cumprimento dos requisitos do Selo de Usabilidade e Acessibilidade e respetiva aposição, de acordo os parâmetros definidos no sítio Web <https://selo.usabilidade.gov.pt/>, devendo garantir, em conjunto com a Declaração de Acessibilidade e Usabilidade, o nível mínimo de Bronze;
- e) Cumprimento das melhores práticas de Acessibilidade, Usabilidade e Experiência de Utilização coligidas nos sítios Web <http://www.acessibilidade.gov.pt/>, <https://usabilidade.gov.pt/menu-interior> e <https://selo.usabilidade.gov.pt/bronze.html>.

Cláusula 39.^a

Anexos ao Caderno de Encargos

Fazem parte integrante do presente caderno de encargos para todos os devidos efeitos os seguintes documentos:

- a) Anexo I – Regras das Boas Práticas de Ambiente, Segurança e Higiene no Trabalho;
- b) Anexo II (GB) – Garantia bancária;
- c) Anexo III - “NDA _ Acordo de Subcontratação”;
- d) Anexo IV – Descrição do SIGAE.

Imprensa Nacional – Casa da Moeda, S.A.

Pela Administração,



PRODUÇÃO DO TACÓGRAFO
OPERAÇÃO N.º 0851



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AVENIDA DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA | PORTUGAL

T+351 217 810 700
WWW.INCM.PT

CAPITAL SOCIAL € 30 000 000
NIPC 500 792 887
CRC LISBOA



ANEXO IV

Descrição SIGAE